



Lei Municipal 4.403 de 25 de setembro de 2001,
Alterada Lei 4.766 de 19 de maio de 2003 e 5.888 de 16 de agosto de 2007

ATA nº 03 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA
COMDE- 07/04/2026

Aos 07 de abril de 2026, às oito horas e trinta minutos, no Auditório do SENAI -SUL), Av Cel Procópio Gomes, 911 bairro Bucarein, realizou-se a reunião do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência – COMDE. A Secretaria-Executiva, Andréa, conferiu os presentes, sendo os seguintes registros de participantes – **Governamentais:** Daniella Maragno, Vanessa Bandeira Fiorentin, Terezinha Aparecida da Silva, Bruna de Albuquerque Catelano, Eliane Riba, Silvano Pinto e Larissa Rodrigues Brouco. **Sociedade Civil:** Letícia Paepol, Thais Marcenal Soares Santos, Vania E. Schimerski, Vinícius Cordeiro da Fonseca, Fábio Hudler e Sthefany Rodrigues Pereira. **Ausência(s) Justificada(s):** Alexandra Carolina de Mello, Anderson Manoel de Oliveira, Ana Paula Nott Bitencourt, Cleia Aparecida Clemente Giosole, Lidiane Aparecida Guz Gomez e Michele Karine Sansão. **Convidado(s):** Patrícia Medeiros, interprete de Libras e Thiago Antonio Fagundes de Oliveira, Professor de Libras. A vice-presidente procedeu à abertura dos trabalhos, cumprimentando e agradecendo a todos os presentes. Sendo lida a Pauta do dia, registrando-se a necessidade de correção da ata de março para inclusão do nome de Eliane na Comissão de Comunicação, bem como a correção de seu nome, sem a letra “s”, além da correção da grafia da palavra CENSUPEG. Na sequência, foi realizada por Andrea a leitura, ponto a ponto, da correspondência encaminhada por Thiago Antonio Fagundes de Oliveira, ouvinte que já havia participado da reunião do COMDE em março de 2026, na qual apresentou apontamentos sobre acessibilidade, destacando a necessidade de melhor preparo da estrutura das reuniões, especialmente em relação à participação das pessoas com deficiência, com ênfase na comunidade surda, considerando a clareza na condução dos assuntos, a organização da reunião e a adequada atuação dos intérpretes. As alterações pertinentes foram acolhidas. Em seguida, foram registradas as justificativas de ausência encaminhadas previamente, reforçando a vice-presidente Vanessa a importância da participação efetiva dos conselheiros nas comissões e nas plenárias, bem como da presença dos suplentes quando houver impossibilidade dos titulares. Thiago também questionou a inexistência de canal de comunicação via WhatsApp acessível ao público, sendo esclarecido que atualmente não existe este canal da assessoria da Casa dos Conselhos, mas que já foi solicitado. Esclarecido também que este contato, pode ser feito, via email do COMDE, enquanto não se tem o whatsapp. Passou-se ao debate sobre o fluxo das correspondências e denúncias encaminhadas ao conselho, tendo Vanessa exposto a proposta de que tais demandas sejam inicialmente direcionadas às comissões competentes e, posteriormente, trazidas à plenária com análise e encaminhamentos já sistematizados. Thiago manifestou preocupação quanto à ausência de representação surda nas comissões, sendo informado que houve convite à comunidade surda. Vania mencionou conflitos de interesse envolvendo GTs, enquanto Andrea ressaltou que os GTs e comissões devem realizar a análise inicial e a plenária deliberar posteriormente. Eliana ponderou que as correspondências

47 devem ser encaminhadas para conhecimento prévio de todos os conselheiros, cabendo à comissão o
48 tratamento das informações. Após debate, ficou definido que os documentos recebidos serão
49 tratados pela assessoria técnica, com tarjamento dos dados sensíveis sem prejuízo do conteúdo,
50 encaminhados a todos os conselheiros para conhecimento, remetidos à comissão específica para
51 análise e, posteriormente, apresentados à plenária para deliberação sobre os encaminhamentos
52 sugeridos. Fabio sugeriu que, quando possível, seja perguntado ao denunciante se deseja ou não
53 sigilo. O fluxo de encaminhamento das demandas por e-mail foi aprovado por dez votos. Vania
54 solicitou que constasse em ata que o grupo de WhatsApp do conselho foi aberto por conselheiro que
55 atualmente não integra mais o COMDE, ressaltando os desdobramentos jurídicos que isso pode
56 gerar. Na pauta seguinte, tratou-se do evento em parceria com a SECULT, sendo informado que,
57 em reunião da mesa diretora com Robson, foram apresentados projetos relacionados ao SIMDEC,
58 com proposta de ação específica voltada às pessoas com deficiência, utilizando recursos desse
59 sistema, buscando ampliar o acesso de pessoas com deficiência, pessoas físicas, pessoas jurídicas,
60 MEIs e coletivos sem CNPJ a editais e oficinas de formação. Discutiu-se a importância do apoio do
61 conselho na sensibilização e mobilização das instituições para participação nos projetos, ficando
62 sugerida a realização de ação no mês de julho. Foi lembrado que, em 2025, já haviam sido
63 realizadas orientações sobre editais, elaboração de projetos, documentação e tipos de propostas
64 aceitas. Vania relatou ter recebido noventa mil reais para execução de projeto voltado às pessoas
65 com deficiência por meio do SIMDEC e destacou que “há inclusão, mas não há acessibilidade”,
66 enfatizando a necessidade de mobilização e de atenção às pessoas com deficiência em situação de
67 vulnerabilidade, especialmente nas periferias, citando como exemplo a ausência de trocador
68 universal. Eliana acrescentou a necessidade de atenção também às escolas e aos genitores. Thiago
69 pontuou a importância da atuação de intérpretes qualificados e da existência de banca avaliadora
70 capaz de assegurar a acessibilidade dos eventos. Questionado por Eliana sobre a existência, em
71 Joinville, de instituições aptas a prestar esse tipo de serviço, respondeu que não há estrutura local
72 suficiente, ressaltando a necessidade de formação específica e mencionando a Associação
73 Catarinense de Tradutores e intérpretes de Língua de Sinais - ACATILS como referência estadual.
74 Foi destacado que a acessibilidade dos eventos exige avaliação mais profunda do que a simples
75 presença de intérprete, demandando suporte técnico e análise adequada das condições de
76 participação. Andrea lembrou que alguns eventos são terceirizados, Patricia complementou que, em
77 muitos casos, não há controle direto do poder público, e Thiago observou que, embora alguns
78 eventos sejam apresentados como privados, muitas vezes utilizam espaço público, o que não
79 deveria afastar a responsabilidade com a acessibilidade. Na sequência, Vanessa apresentou em tela
80 o documento das comissões e reforçou a necessidade de que cada conselheiro titular e suplente
81 participe uma comissão, para que todos consigam ser incluídos e que dêem conta de participar, visto
82 que todos tem outros compromissos pessoais e laborais. Informou, ainda, a inclusão da Comissão de
83 Inscrição das Organizações da Sociedade Civil – OSCs e da Comissão de Organização de Eventos.
84 A proposta foi aberta para discussão, tendo Vania mencionado a baixa adesão às comissões e
85 sugerido a redução do número de grupos, Daniela relatou a dificuldade de composição, e Eliana
86 requereu que a situação das faltas dos conselheiros fosse incluída em pauta. Andréa destacou que o
87 conselho é conduzido pelos próprios conselheiros. Houve amplo debate sobre a ausência recorrente
88 de representantes, e Vanessa propôs o encaminhamento de ofício às entidades e representações,
89 solicitando a participação efetiva no conselho ou, ao menos, dos suplentes, com menção nominal
90 aos representantes que frequentemente se ausentam, proposta aceita pelo pleno. Thiago questionou
91 sobre a existência de comissão de fiscalização, sendo esclarecido pela plenária que não há essa
92 comissão constituída. Também foram debatidas propostas de reorganização e fusão entre comissões,
93 porém, sem quórum suficiente para deliberação definitiva, as alterações ficaram para apreciação
94 posterior. Sthefany colocou-se à disposição para apresentar proposta de alteração do regimento
95 interno, a fim de permitir que, uma vez aberta a reunião com quórum, eventual votação possa
96 ocorrer com os presentes, mesmo diante de saídas posteriores. Vania observou que diversas
97 pendências permaneceram da gestão anterior. Thiago informou sobre o e-mail relacionado à reunião
98 com a SECOM, agendada para o dia 17/04/2026, às 09h00, da qual participarão Eliana, Andersone

Daniela, integrantes da Comissão de Comunicação e representante da mesa diretora, ficando indicado Cleiton José Barbosa. No momento das comissões, Andrea salientou que cada comissão deverá contar com um coordenador, um secretário e um relator. Também registrou que a Escola de Pais do NAIPE foi evento com inscrição prévia, de modo que a participação dependia de cadastramento antecipado. Daniela levantou questão sobre audiência pública. Quanto ao tema apresentado por Robson, da SECULT, definiu-se que ele será convidado para a reunião de maio. A conselheira do CREFITO informou que houve negativa em relação à demanda apresentada e que comunicará formalmente a impossibilidade, conforme orientação de Andrea. Fabio reiterou a necessidade de diálogo com os conselheiros faltantes. Por fim, Vania pediu que constasse em ata a observação de que a DPCAMI não tem registrado, de forma adequada, quando os casos envolvem pessoas com deficiência. Nada mais havendo a tratar, eu, Cleiton José Barbosa, secretário da Mesa Diretora, lavrei a presente ata, que, após lida e aprovada em plenária, será assinada pela Presidente do COMDE e publicada na página oficial do Conselho.

Documento assinado digitalmente



ALEXANDRA CAROLINA DE MELLO

Data: 19/06/2026 13:41:07-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Alexandra Carolina de Mello

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência

Rua Brigada Lopes, 153, 2º andar – bairro Glória – CEP: 89216-680, Joinville – SC

Horário de atendimento ao público: segunda a sexta, 8h às 14h (exceto feriados e pontos facultativos)

Contatos: (47) 98847-8948 | comdejoinville@gmail.com